

A CONSTRUÇÃO DO IDEÁRIO REPUBLICANO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Luís Alberto Scotto Almeida¹

RESUMO: Demonstrar como o Rio de Janeiro da virada do século XIX para o XX foi o palco onde a elite gestou o ideal republicano e o colocou em prática é objetivo deste artigo, que apresenta um breve panorama daqueles anos pós-proclamação. Foi na então Capital Federal que a República definiu a forma de atuação da administração pública, o papel do povo no processo e o conceito e a prática de modernização que o novo sistema se atribuía. Tais conceitos foram amplamente apoiados pelos intelectuais e construídos a partir de viagens à Europa, de relatos em conferências e da representação literária de autores franceses e ingleses. O país precisava ser reconhecido como republicano e moderno, com cultura para se inserir no mundo ocidental e civilizado. Dessa forma, a cidade idealizada e a cidade real começam a viver o conflito entre o passado e o futuro idealizado, entre o povo e seus governantes, entre o novo e o velho, entre a representação de um querer ser e o que de forma efetiva era. É a dicotomia analisada por críticos literários, sociólogos e economistas que estudam esse período e que chega até os dias de hoje.

Palavras-chave: República; Rio de Janeiro; Bota-abaxo.

The construction of the republican ideals at the Rio de Janeiro city

ABSTRACT: Demonstrate how the Rio de Janeiro, at the turn of the nineteenth century to the twentieth century, was the venue where the elite republican ideal gesture and put it into practice is the purpose of this article, which presents a brief overview of those years after the proclamation. It was then, in the Capital Federal Republic, defined the different fields of public administration, the role of people in the process and the concept and practice of modernization that the new system is attached. Such concepts have been widely supported by intellectuals and built from trips to Europe, reports at conferences and literary representation of French and English authors. The country needed to be recognized as republican and modern, with culture, to be inserted in the Western world and civilized. Thus, the idealized city and the actual city begin to live the real conflict between the idealized past and future, between the people and their rulers, between the old and new, between the representation of a want to be and what effectively was. It is the dichotomy discussed by literary critics, sociologists and economists who study this period and that it arrives until the present day.

Keywords: Republic; Rio de Janeiro; *Bota-abaxo*.

¹ Doutor em Teoria Literária pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professor associado do Curso de Jornalismo da UFSC. luisufsc@gmail.com

A República que se institucionalizou no Brasil a partir de 1889 teve sua realização efetiva pouco perceptível aos olhos da população. Os personagens do Império continuaram na República, o poder oligárquico não se alterou e até a base da economia continuou sendo o café. Em termos econômicos, nos primeiros anos republicanos, a única coisa que se modificou foi a natureza geográfica do café e, portanto, as origens do poder: saíram os cafeicultores fluminenses do Vale do Paraíba e entraram os do oeste paulista. De forma alguma isso quer dizer que o novo regime não tenha alterado a realidade brasileira. O regime republicano criou coágulos de transformações, nichos onde o discurso radicalizou sua proposta e de certa maneira efetivou as transformações desejadas por sua elite.

Um exemplo foi o da cidade do Rio de Janeiro e o processo de reurbanização que sofreu. A elite republicana definiu, naquele momento e naquele lugar, a forma de atuação da administração pública; o papel do povo no processo e o conceito e a prática de modernização que o novo sistema se atribuía. Foi um modelo de atuação que mais tarde, solidificado e estabilizado, seria posto em prática nas relações entre as instituições e a vida das grandes cidades. Foram práticas autoritárias que se perpetuaram nas relações de enfrentamento entre o estado e os direitos dos cidadãos.

O conceito republicano brasileiro foi gerado a partir de algumas vertentes do pensamento europeu: do Positivismo de Comte; do Liberalismo inglês, cuja realização era os Estados Unidos; e das noções libertárias da Revolução Francesa, os jacobinos de 1789, como bem explica José Murilo de Carvalho (2003). Não há documentos doutrinários dando unidade e abrangência a este conjunto de ideias que, de forma prática, serviam de oposição política ao regime monárquico. São manifestos isolados em conteúdo e em regiões do país, todos tentando dar ao ideal republicano uma certa tradição na história política do Brasil. O que havia eram reivindicações não atendidas pela Monarquia e que se integraram ao pensamento republicano por ser ó naquele momento histórico ó a única alternativa de oposição política. De modo que a elite econômica e política ó cafeeira e paulista, urbana e liberal ó foi construindo o ideal republicano a partir de viagens à Europa, de relatos em conferências e da representação literária de autores franceses e ingleses. Eram impressões individuais e na maior parte das vezes idílicas e ingênuas.

Foi assim que a ideia de industrialização, alfabetização, reformas urbanas, cultura, desenvolvimento das ciências, aperfeiçoamento da medicina, fim da escravidão, federalismo e voto direto, entre outros, passou a fazer parte do ideário republicano. Muitas bandeiras nada tinham a ver com o sistema de governo. No caso da industrialização, atribuam a sua origem e

o desenvolvimento da ciência à forma de governo. E por isso anunciavam que, tirado o poder de D. Pedro II, o país entraria num processo vertiginoso de industrialização.

Desta forma, cada indivíduo ou grupo social tinha uma Europa diferente e endereçava sua admiração a fatores que, de alguma forma, penduravam-se na solução republicana. Este outro idealizado era a Europa que o imaginário elitista brasileiro tomava como norte e como guia de seu futuro. E uma Europa que ignoravam em suas contradições e história. Admiravam toda a Europa, atribuindo valores a países e cidades, práticas e étnicas. Parte da elite intelectual admirava a Alemanha, parte da elite econômica admirava a Inglaterra e todos pareciam lembrar de Paris, quando se falava em ideal urbano. A capital francesa passou a ser o sonho de consumo de uma nação que se declarava moderna a partir da adoção do regime republicano.

E nisso não há nenhuma ingenuidade. A elite brasileira culta percebeu que Paris, e seu novo formato de cidade, representavam um novo tempo. Um tempo onde a cidade concebe uma nova forma de vida indissociável de um novo modelo de produção, de desenvolvimento. Paris, metáfora e metonímia desta modernidade, corresponderia à concretização da linha de análise que associa a cidade à emergência de formas culturais modernas. (PESAVENTO, 1999, p. 158)

O que acontecia nas capitais Londres e Paris, nesse período, era reflexo da revolução industrial a que seus países estavam submetidos nos últimos cem anos. Era um processo radical de mudanças e embates sociais como nunca antes havia ocorrido na história da humanidade. Novos paradigmas, novas relações sociais, novas formas de produzir estavam se refletindo no modo de viver e no tamanho das cidades. A urbe passou a ser vista como massa como turba como multidão, cujo fator de periculosidade e de potencial explosivo até então era desconhecido na história. Morar na cidade, ficar privado da presença tradicional do quintal, do leite, dos ovos, do galinheiro, trabalhar em locais enormes, sofrer a vigilância raramente amável dos contramestres, obedecer a regras diversas, deixar de ter liberdade de movimentos, aceitar horários fixos de trabalho, tudo de repente, são duras provações. (BRAUDEL, 1996, p. 553)

Raymond Williams (1990), ao descrever este momento na representação literária inglesa, nos conta que cada cidade vivia aspectos diferentes da revolução industrial. Enquanto Londres recebia o lucro e seu centro financeiro crescia de forma contínua, outras cidades recebiam as indústrias pesadas e a massa de operários que provocava crescimento populacional de até 40 por cento ao ano nesses lugares. Eram sintomas diferentes, mas do

mesmo processo. Escritores londrinos viajavam para ver a vida dos operários nas cidades industriais Manchester, Leeds, Liverpool, Bradford. E os descreviam assim:

Era a hora em que os homens eram desamarrados. Nas estradas e vielas de Clerkenwell acotovelavam-se trabalhadores, moços e velhos, homem e mulheres. Jorravam das fábricas e oficinas, ansiosos para aproveitar ao máximo as poucas horas que tinham para viver suas próprias vidas (...) Pelas vias principais, as pistas eram perigosas; cada ônibus que passava sacolejando estava apinhado de passageiros; os que vinham sentados do lado de fora tinham oleados reluzentes sobre os joelhos. Em ambas as direções, as luzes tornavam-se indistintas, num clarão nevoento (...) havia obstruções do tráfego, acompanhadas de chistes grosseiros e imprecações raivosas; na calçada repleta os transeuntes entrechocavam-se. (WILLIAMS, 1990, p. 301)

Mais tarde Londres também foi invadida pelas indústrias e a cidade é partida em pedaços ricos e pedaços pobres. East End recebe as fábricas pesadas com suas máquinas a vapor, poluição e seu trânsito interminável de mercadorias e de operários. Um americano constatou: «No meio da mais extraordinária abundância, vemos homens, mulheres e crianças morrendo de fome; e ao lado da esplêndida carruagem ornada de ouro, forrada de seda...» (WILLIAMS, 1990, p. 308). Era a cidade das trevas, da opressão, do crime, de uma humanidade aviltada em seus direitos básicos.

Do outro lado temos a Londres do West End, com sua iluminação fabulosa, com suas casas novas, com o novo Parlamento, com os parques e as ruas recém-abertas. É a Londres que atraía os mais brilhantes em riqueza ou em talento. Este gigantismo urbano, material e humano, transmitia uma visão de cultura metropolitana nunca antes visto. «A esta altura a centralização cultural da Inglaterra já estava mais acentuada (...) mesmo para combater ou para rejeitar a cidade, os homens vinham para a cidade; não havia outra saída.» (WILLIAMS, 1990, p. 309)

O equilíbrio e a harmonia desses dois extremos foram a própria luta social travada no palco das grandes cidades por trabalhadores e capitalistas. Os dois lados acumulavam vitórias e derrotas que foram moldando e criando as bases da vida urbana moderna. Se por um lado a ciência e a produção industrial prometiam um mundo novo, também o surgimento de novas formas de organização social nas cidades apontava para esse futuro. E mais: pensava-se nas superpopulações, na ideia de voto universal, na forma de representação no parlamento, na educação pública. E havia também as questões envolvendo a própria organização dos trabalhadores ó criação de sindicatos, legislação trabalhista, luta contra a tirania nas indústrias. São desse período as primeiras greves dentro do conceito que temos hoje de greve.

Enfim, as guerras, as revoluções políticas, e a revolução industrial haviam criado uma população, uma massa trabalhadora, que tinha consciência da sua força de trabalho e de sua cidadania.

Nos anos da década de 1880, a realidade do East End já havia mudado através do trabalho de valorização da cidadania e de atividade política sindical. Engels escreveria: *“Aquele imenso antro de miséria não é mais a poça estagnada de seis anos atrás. Já se libertou daquele torpor de desespero, voltou à vida e tornou-se a sede do chamado “Novo Sindicalismo”, ou seja, a organização da grande massa de trabalhadores não qualificados.”* (WILLIAMS, 1990, p. 311)

Além da forma de trabalho, a revolução industrial provocou a mudança também dos espaços urbanos. A ocupação da periferia das grandes cidades se deu de forma rápida pelo desenvolvimento de meios de transporte ainda à base da tração animal, mas coletiva e organizada. Os centros, de início superpovoados, sofreram intervenções radicais que organizaram a vida das populações das grandes cidades e criaram uma forma de convivência nova. Paris foi o modelo e o exemplo para todas as grandes cidades do mundo. O embelezamento de Paris, de Haussmann e de Napoleão III, alcançou o objetivo traçado por eles quando desenharam a cidade: propiciar uma capital burguesa salubre e organizada.

Pelo planejado, dizia-se que nada assemelhado até então tinha sido feito no mundo. Paris iria ser a capital do século XIX e assim foi feito. Sem dúvida o objetivo era prestígio econômico e cultural, embora tenham sido atribuídos interesses imobiliários como também militares, uma vez que as largas avenidas impediam as construções de barricadas com que o povo se organizava contra o regime. Mas Paris com as avenidas, os parques, os *boulevards*, se transformou no referencial urbano que fascinou o mundo todo. (RYKWERT, 2004. p. 121) O jovem brasileiro Pereira Passos fazia curso de especialização em engenharia na *École des Ponts et Chaussées*, nesta época, e fascinado acompanhava as reformas.

Os espaços de Haussmann, em especial seus *boulevards*, criaram um novo espaço conceitual do público e privado. Onde as pessoas se observam, vêem-se e dividem existências não identificadas, mas coletivas na sua fugacidade e anonimato. Os *boulevards* são as inovações mais espetaculares da vida moderna, diz Marshall Berman (1998, p. 145). Esse modo de vida massificado e anônimo, onde as coisas estão em contínua transformação, agitação e angústia, onde o isolamento e a solidão ditam as relações entre as pessoas, os novos espaços urbanos, nascidos da interação do espaço público e do privado, vêm para completar uma nova maneira de viver dos tempos modernos. Esta nova percepção teve em Baudelaire o

seu poeta. Ele observava nas características da vida na cidade, uma representação da própria existência humana. O anônimo, o fugaz, o isolamento, a aceitação, o inesperado ó isso tudo formava uma nova mentalidade humana de aceitação do conflito ó do outro ó como elemento que permeia a vida cotidiana desse novo mundo.

Eram essas pessoas, habitando esses lugares, que os viajantes brasileiros encontravam na Europa. E ficavam fascinados. Importavam tudo que se pudesse trazer e viviam nas terras brasileiras o sonho de uma Paris tropical. O ideal de viver na capital francesa, por períodos longos ou simples férias curtas, era sonhado pelas elites econômicas e intelectuais. Era a *õparisinaõ*, como diziam os críticos mais ácidos. Não a do Lord Byron, mas uma espécie de *saudade-de-Paris* que atacava as elites brasileiras depois da primeira visita à França. Testemunhos dessa *õadoraçãoõ* por Paris são abundantes e alguns hilários. Uma professora de alemão contava à amiga das dificuldades de ensinar às alunas a língua alemã, *õpois o francês aprendem até dormindoõ* (LEITE, 1993, p. 80).

Viver sobre os padrões culturais franceses daquele período não era tarefa fácil. Quando se especifica o que era este viver, este vestir e este escrever, tem-se uma ideia aproximada do que foi aquele tempo. Vestir, conforme os valores franceses, numa capital com temperatura de 40° centígrados, exigia mais do que admiração, era prova de devoção. Uma família abastada distinguia-se pela espessura do tecido que usava. Roupas escuras, pesadas, cartolas de lã pretas e coletes para os homens, espartilhos apertados e saias grossas para as mulheres *õ se provocavam o sofrimento de seus usuários, conquistavam os dois efeitos desejados: diferenciar-se dos pobres mais escuros que circulavam meio despidos e estar adequado aos padrões europeus. Mas não era uma tarefa fácil: õ...não saio; porque não me animo a enfiar a sobrecasacaõ*, escreveu o próprio Pereira Passos, prefeito que comandou as reformas do Rio de Janeiro na virada dos séculos XIX para XX. (NEEDEL, 1993, p. 200).

O Brasil nesse período ainda era agressivamente colonial e contrastava, não só com a Europa, mas também com o discurso de modernidade a que se propunham os novos tempos republicanos. O ideal de modernidade era a Europa, mas *õo diabo é a voltaõ*, nas palavras de Luís Edmundo (1938, p. 72). A queixa quando do retorno de uma viagem à Europa ou a qualificação do Brasil como *õesta terra ignóbilõ* (BROCA, 1975, p. 93) por Olavo Bilac, tirado o exagero do adjetivo, explica-se diante da admiração da elite pelo modo de vida europeu ó aqui incluída a cultura, visão de mundo, prosperidade material, formação racial ó e a dura realidade do Rio de Janeiro naqueles primeiros anos republicanos.

Era uma cidade com enormes problemas urbanos. Desde 1870 as autoridades do Império discutiam formas e maneiras de enfrentar um centro urbano espremido entre as montanhas e o mar. Era um amontoado de ruas estreitas e lúgubres sem lógica e sem planejamento, sujas e tortas que, diziam as autoridades, provocavam a proliferação de doenças. Um centro urbano que foi se formando na improvisação da fundação da cidade em torno do cais, que precisava ser ampliado e adaptado ao intenso movimento de exportação. A capital federal da virada do século, com 500 mil habitantes, começava a ter sua vida inviabilizada.

A imagem do país para o viajante que chegava ao Rio de Janeiro ainda era de um Império decadente que tinha um índio como símbolo e que atraía a curiosidade do estrangeiro pelas araras coloridas, pelos animais exóticos e as pedras preciosas. A cidade levava também o pesado fardo de um país escravocrata com suas ruas apinhadas de negros recém-libertos, vindos dos cafezais decadentes do Vale do Paraíba. Viviam como ambulantes vendendo pães e doces, fazendo pequenos reparos domésticos, e carregando seus sapatos novos e brilhantes no ombro como símbolo da nova condição social.

A essa pobreza visível se juntava uma outra perigosa que vinha desde a década de 1870 e se agravava a cada dia: as epidemias de cólera, febre amarela, varíola e tuberculose. O medo provocado por essas doenças afastava o imigrante que tinha intenção de fazer a América e associava o país à imagem de morte, de dificuldades intransponíveis. Muitos navios já evitavam o porto do Rio de Janeiro com medo das doenças. Houve verões em que a febre amarela matou mil pessoas, o corpo diplomático já havia se instalado de maneira definitiva em Petrópolis. Uma notícia do ano de 1904 fornece um quadro completo da saúde pública no Rio de Janeiro:

No verão, o porto e a cidade são atacados pela febre amarela. No inverno, o inimigo é a varíola (3.566 mortos em 1904). Por todos os lados há cólera e os surtos de peste bubônica. Na falta de um hospital, tuberculosos buscam refúgio em cortiços e favelas. Esse é o triste retrato do Rio de Janeiro, onde os esforços do Dr. Oswaldo Cruz, iniciados no ano passado, estão longe de chegar ao fim. Quatro entre cinco imigrantes que descem em seu porto sucumbem à febre amarela. A doença atinge tropas inteiras de companhias teatrais. Os brasileiros mais abonados fogem do Rio. Vão para Petrópolis, de onde avistam o Rio de muito longe. É para Petrópolis que sobem também, no verão, o presidente da República e seus ministros, deixando a Capital Federal entregue aos ratos, insetos e aos pobres. O Rio, a antiga corte, é uma vergonha nacional. (s.a.,1989, p. 57)

Esse quadro vinha de muito antes. Ainda no Império a situação já mostrava sua gravidade às autoridades. O higienista-mor, Pereira Rego, escreveu que combater a febre

amarela e a cólera era viabilizar a imigração europeia para o país (apud CHALHOUB, 2004, p. 92). O fato é que o Barão do Lavradio não conseguiu vencer as epidemias e elas chegaram até a República, isto é, ganharam força na década de 1870 e foram até os anos de 1920. Nesses 50 anos, as endemias se tornaram parte da paisagem do Rio de Janeiro e poucas foram realmente levadas a sério através de um enfrentamento radical e efetivo. A tuberculose, que seria a mais grave e a que mais mortes provocaria, nunca chegou a receber a atenção das autoridades sob a justificativa de que se até em Paris morria-se dessa doença.... A cólera e a varíola atingiam de maneira aguda a população negra, portanto o empenho era relativo. A preocupação mesmo ficava por conta da febre amarela porque vitimava o imigrante branco, o recém-chegado da Europa, a mão de obra para os cafezais do oeste paulista (CHALHOUB, 2004, p. 57). Já no período republicano, Rui Barbosa iria descrever a febre amarela e seus efeitos sobre a população brasileira:

É um mal, de que só a raça negra logra imunidade, raro desmentida apenas no curso das mais violentas epidemias, e em cujo obituário, nos centros onde avultava a emigração europeia, a contribuição das colônias estrangeiras subia a 92 por cento sobre o total de mortos. Conservadora do elemento africano, exterminadora do elemento europeu, a praga amarela, negreira e xenófoba, atacava a existência da nação na sua medula, na seiva regeneratriz do bom sangue africano, com que a corrente imigratória nos vem depurar as veias da mestiçagem primitiva, e nos dava, aos olhos do mundo civilizado, os ares de matadouro da raça branca. (apud BODSTEIN, 1986, pp. 42-43)

Dentro desse quadro, cheio de pobreza, doenças e preconceito, a República queria tornar o Rio de Janeiro a porta de entrada do capital estrangeiro e da mão de obra europeia qualificada. Precisava de investimentos para abrir portos e estradas, dar vazão ao café para o exterior. E precisava de mão de obra que conhecesse a terra, que soubesse mexer com a terra para substituir o negro nas plantações de café e abrir novas fronteiras agrícolas no oeste do país. Era a õpreciosa rubiácea, como se diz no estilo -valorizaçãoõ, iria ironizar Lima Barreto (1997, p. 33). O país precisava ser reconhecido como republicano e moderno, com cultura para se inserir no mundo ocidental e civilizado, como as demais nações latino-americanas e outras capitais, como Buenos Aires.

A elite republicana não queria se reconhecer na cidade do Rio de Janeiro, não se sentia representada naquela realidade arquitetônica e naqueles espaços públicos. O modelo de cidade refletia uma identidade urbana feia e antiga, perigosa e doente, contrária a tudo o que a República queria representar de si mesma. A cidade idealizada e a cidade real começam a

viver o conflito entre o passado e o futuro (idealizado), entre o povo e suas elites, entre o novo e o velho, entre a representação de um querer ser e o que de forma efetiva era. Esse será o dilema da nação republicana brasileira: o ser e o vir a ser. É a dicotomia explorada por críticos literários, sociólogos e economistas, tais como Sérgio Buarque de Holanda, passando por Roberto Schwarz, Alfredo Bosi e chegando até o economista Francisco de Oliveira, entre outros, e agravada, de maneira caricatural, durante esse período e que de muitas outras formas chegou até os dias de hoje. Os membros da elite inglesa e francesa interiorizaram um amálgama de costumes derivados de suas culturas, usos estes que os definiam como aristocratas em suas sociedades e no mundo europeu. Os brasileiros, por sua vez, para atingir o mesmo fim adotavam costumes idênticos (europeus). (NEEDEL, 1993, p. 156).

Com o país loteado na política dos governadores, onde as oligarquias regionais assumiram o poder oficial ou oficiosamente, restou ao governo central se dedicar à cidade do Rio de Janeiro. Era a porta de entrada, o cartão de visitas. Tornar a capital da República um lugar atraente foi a tarefa escolhida pelo presidente Rodrigues Alves para a sua gestão. A coordenação do Barão de Rio Branco, com sua intenção de vender um Brasil europeu à Europa, deu o tom inovador das reformas; e a energia do prefeito Pereira Passos executou as obras urbanas. As reformas do porto ficaram a cargo do ministro do interior Lauro Muller. Essa conjunção de esforços e de dinheiro produziu a cidade-vitrine, uma ilusão do Brasil, aparência de real para muitos. Para outros, foi um projeto vitorioso que resultou numa Paris tropical, uma cidade que passou a exigir de si mesma: o Rio civiliza-se.

Por volta de 1880, os padrões de Haussmann foram universalmente aclamados como o verdadeiro modelo do urbano moderno. Como tal, logo passou a ser reproduzido em cidades de crescimento emergente, em todas as partes do mundo, de Santiago a Saigon (BERMAN, 1986, p. 147). O Rio de Janeiro também queria fazer parte desse mundo moderno que a revolução industrial promovia pelo mundo. A ideia dos *boulevards*, da circulação de pessoas, de trânsito de carruagens e automóveis, de prédios e espelhos, de espaços vazios e de iluminação intensa, de espaços públicos onde todos vêem e são vistos, fascinaram o mundo. Era um modo de vida absolutamente novo para uma forma de trabalho também nova.

E assim teve início o popular botafumado, processo de destruição do centro velho do Rio de Janeiro com o deslocamento de uma massa populacional pobre e miserável para a periferia e os morros da cidade. O surgimento da favela data desse período. Alguns autores dão como origem das favelas a ocupação do Morro da Providência pelas tropas do Exército que retornaram da campanha de Canudos e ali ergueram construções pequenas e improvisadas

na forma de favos de mel, daí teria originado o nome original da época –Morro da Favela. Outros autores falam que os moradores do cortiço Cabeça de Porco foram os ocupantes do primeiro morro do Rio de Janeiro.

Os espaços urbanos criados a partir da definição, na prancheta, da Avenida Central foram conquistados à força da população pobre que habitava os velhos casarões e os cortiços localizados no centro e na zona portuária. Para isso era utilizada a força pública e normalmente ocorria alguma violência. O destino das populações removidas ficava ao encargo delas próprias. Ao poder público cabia a responsabilidade de realizar as desocupações e as obras, os problemas sociais resultantes dessas ações não entravam na discussão. O processo de construção da identidade urbana do Rio, afirmada como uma das facetas de realização de uma identidade nacional, revela o caráter de classe que marca a consolidação das elites: a sua excludência, assinalada pela negação do povo. (PESAVENTO, 2002, p. 170).

Mas a ideia de desenvolvimento, de civilização, era mais forte e de forma natural se impunha ao sonho coletivo da cidade. A imprensa saudava as obras, e o caráter higiênico e estético das transformações propostas pelo poder constituído forneciam muito mais do que o fim de um tempo. Era o marco na existência do país, uma nova era de civilização para o Brasil. É isso nas palavras do entusiasta e porta-voz desse novo tempo, Olavo Bilac:

Há poucos dias, as picaretas, entoando um hino jubiloso, iniciaram os trabalhos de construção da Avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas condenadas....começamos a caminhar para a reabilitação. No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbio. A cidade colonial, imunda, retrógrada, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando no soluçar daqueles apodrecidos materiais que desabavam. Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente. Com que alegria cantavam elas ó as picaretas regeneradoras! E como as almas das que ali estavam compreendiam bem o que elas diziam, no seu clamor incessante e rítmico, celebrando a vitória da higiene, do bom gosto e da arte! (BILAC, 1904)

Olavo Bilac era uma voz forte em defesa da modernização por razões sinceras e também por razões econômicas, uma vez que era funcionário da administração municipal do prefeito Pereira Passos. Mas o fato era que as picaretas entoaram o hino jubiloso de março a agosto de 1904 e atingiram 1600 prédios antigos, a maior parte de habitações coletivas. Eram casarões antigos, datados do início do Império, e que eram habitados por grande número de pessoas que lá viviam como moradores de casa de cômodos, na definição tão bem

apresentada por Aluísio Azevedo. A Avenida Central, com 1800 metros de comprimento, abriu espaço por cima de ruas e becos, calçadas e pátios, numa largura de 33 metros. Foi inaugurada após um ano, em novembro de 1905, junto com a iluminação elétrica da cidade. Cinco anos depois, também estavam prontos os prédios monumentais da Avenida Central: Escola Nacional de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, o Supremo Tribunal, o Palácio Monroe e o Teatro Municipal, decalque do Théâtre de l'Opera, de Paris, projetado pelo filho do prefeito, engenheiro Francisco de Oliveira Passos. A literatura propagandística da época converteu a nova avenida no símbolo da "Cidade Maravilhosa"

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Aluísio. *Casa de Cômodos*. São Paulo, Edição de Ouro, s.d.

BARRETO, LIMA. *O homem que falava javanês e outros contos*. Curitiba, Editora Polo Editorial do Paraná, 1997.

BERMAN, Marshall. *Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar ó Aventura da Modernidade*. São Paulo. Cia. das Letras. 1998.

BILAC, OLAVO. *Chronica. Kósmos*. Rio de Janeiro, março 1904

BODSTEIN, Regina Cele. *Práticas Sanitárias e classes populares do Rio de Janeiro*. Revista do Rio de Janeiro, vol. I, nº 4, 1986.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Econômica e Capitalismo: século XV e XVIII*. Vol.III. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

BROCA, Brito. *A Vida Literária no Brasil ó1900*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas*. São Paulo, Companhia das Letras. 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril ó cortiços e epidemias na Corte Imperial*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2004.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938.

LEITE, Míriam M. *A Condição Feminina no Rio de Janeiro*. São Paulo, Ed. Edusp. 1993.

NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical*. São Paulo, Companhia das Letras. 1993.

PESAVENTO. Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade ó visões literárias do urbano*. Porto Alegre, Editora da UFRGS.1999.

RYKWERT, Joseph. *A Sedução do Lugar ó a história e o futuro da cidade*. São Paulo, Martins Fontes. 2004.

WILLIAMS. Raymond. *O Campo e a Cidade ó na história e na literatura*. São Paulo, Companhia das Letras. 1990.

100 anos de República: um retrato ilustrado da história do Brasil. São Paulo, Ed. Nova Cultural, 1989, Vol. I, p. 57.

Recebido em 01/07/2014.

Aceito em 09/08/2014.